

05 de agosto de 2011**As principais informações da
economia mundial, brasileira e baiana**

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Diretoria de Indicadores e Estatísticas
Coordenação de Acompanhamento Conjuntural

ESPECIAL – Crise na Europa e Estados Unidos

O governo americano passou pelo teste mais difícil quando conseguiu finalmente aprovar na Câmara o acordo da elevação do teto da dívida. Esta crise revelou muito sobre o estado da economia e da política dos Estados Unidos. O país que lidera a economia mundial tem um déficit e uma dívida insustentáveis, além de apresentar ritmo de crescimento fraco e política extremamente polarizada.

É preciso considerar que nenhum outro país do mundo poderia dar todos esses sinais de fraqueza econômica e crise de governança sem ser rebaixado pelas agências de classificação de risco.

Economistas do naipe de Paul Krugman afirmam que os Estados Unidos não deveriam cortar gastos, que esse acordo será uma catástrofe em vários níveis. Ele avalia na perspectiva de que a economia está fraca: então a receita seria de aumentar os gastos e não reduzi-los.

Nos Estados Unidos, em onze anos, a relação dívida/PIB elevou-se de 55% para 100%, transformando o superávit primário em um déficit tão grande, que, no período, seria visto com maus olhos por todas as agências de risco.

As agências de classificação de risco afirmam que mais importante do que a dívida é a trajetória passada e a perspectiva futura. Se a dívida sobe rápido é mais preocupante; pior ainda se o país mantém um déficit alto. As agências também consideram que quando o sistema de governança do país demonstra dificuldade na tomada de decisão, a avaliação torna-se pior.

A hesitação das agências de risco e a paralisia dos fundos e dos administradores das reservas dos países credores demonstraram que o mundo é prisioneiro da dívida americana. A partir da aprovação do acordo na Câmara pode-se torcer para que, no futuro, a trajetória da dívida se inverta.

O acordo é de enorme complexidade. Ele prevê um aumento imediato do teto da dívida em US\$ 400 bilhões e outro de US\$ 500 bilhões até fevereiro, que, teoricamente, depende de voto no Congresso.

Em outubro, começa o corte de despesas de US\$ 917 bilhões em dez anos. Em 2012, primeiro ano do cronograma do acordo, será de apenas US\$ 21 bilhões. Até 23 de novembro de 2011, a comissão conjunta de 12 parlamentares deverá aprovar um corte adicional de US\$ 1,2 trilhão a US\$ 1,5 trilhão em gastos sociais e de defesa, podendo também elevar os impostos. O Congresso terá um mês para rejeitar ou aprovar essa nova rodada de redução de despesas. O presidente Obama poderá pedir uma nova elevação do teto da dívida, que transfira o problema para depois do fim de 2012. Enfim, é um acordo de procedimentos para se chegar a novas etapas de votação, mas em todas o presidente tem poder de vetar. O debate permanecerá na agenda, ainda que sem a sensação de desastre iminente que esteve presente nas últimas semanas.

Os Estados Unidos são os maiores importadores do mundo. Compraram US\$ 1,9 trilhão no ano passado. Se eles comprarem agora menos afetarão dois países que têm sustentado a economia mundial e que são os maiores fornecedores: China e Alemanha. Pelo tamanho do PIB, da dívida e do comércio americano, todos torcem para não acontecer o pior com os Estados Unidos.

Reflexos da crise na bolsa

Os mercados financeiros estão nervosos. O mundo acompanha atento os sinais da economia americana. Essa semana, a bolsa brasileira fechou no nível mais baixo dos últimos anos. Isso mostra como a situação está esquisita: as bolsas não refletem o que acontece nas economias internamente. O centro da crise nas últimas semanas era os EUA, mas as bolsas americanas mantiveram-se estáveis ao longo do ano, e as da Europa, em queda. A da Alemanha, por exemplo, cai 4%; a da França, 9%; a da Inglaterra, 5,5%; enquanto a do Brasil recua 19% no ano. É a segunda pior queda no mundo, só perdendo para a Grécia.

Esta semana começou a circular no mercado financeiro internacional a informação de que o FED poderá fazer a terceira rodada de expansão monetária. Isso pode reativar a economia, mas derrubaria ainda mais a moeda americana, um dos problemas mundiais e do Brasil. O real vem se valorizando em relação ao dólar, o que tira competitividade da indústria brasileira.

O economista Álvaro Bandeira, da Ativa Corretora, observa sobre o engessamento do governo americano em relação à recuperação da economia. E lembra que nos países desenvolvidos há mais aplicações em bolsa, e a sensação de perda de riqueza acaba afetando o consumo.

Luis Gustavo Pereira, da equipe de análise da Um Investimentos, diz que há temor em relação à recuperação americana, apesar da aprovação do pacote que evitaria o calote da dívida. Indicadores econômicos fracos, como os divulgados recentemente, mostram desaceleração do setor de serviços e baixa criação de empregos no setor privado eaumentam o pessimismo.

E o fantasma do rebaixamento da dívida americana ainda está por perto. Apesar de S&P, Fitch e Moody's terem mantido a nota da dívida, uma agência chinesa rebaixou o rating dos EUA.

Na Europa, a atividade econômica tem desacelerado e há dúvidas sobre o futuro da Itália e da Espanha, que estão tendo mais dificuldade para rolar seus títulos.

O economista Eduardo Oliveira, da Um Investimentos, explica que vários outros setores que compõem a bolsa brasileira apresentaram resultados menores que o esperado. O setor siderúrgico está mal não só aqui, mas no mundo todo. Só que aqui há quedas de 43,6% este ano, como da Usiminas; de 41,5%, da Gerdau; de 38,5%, da CSN. Os bancos estão com queda forte nos papéis porque o crédito já subiu muito. Empresas do setor imobiliário estão fortemente negativas na bolsa, como a Gafisa, que caiu 39%; Cyrela, com queda de 32,5%; e MRV, com menos 30,5%.

O índice Ibovespa apresentou o pior resultado do ano entre as grandes bolsas, seguido pela bolsa indiana, na última quinta-feira. A inflação em alta é uma das explicações para isso, tanto aqui quanto lá. Praticamente todos os setores da bolsa estão caindo. As construtoras que entraram no segmento de baixa renda não conseguiram a rentabilidade esperada. As empresas exportadoras, como as de celulose, encontram demanda fraca. Há estoques elevados. É muito difícil que a bolsa não termine o ano no vermelho.

Mas é óbvio para qualquer um que o risco grande está nas economias européias, que enfrentam ainda o fantasma do calote de dívidas soberanas.

Para o economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central, o presidente Barack Obama saiu do conflito como um líder fraco. Na economia, segundo o economista, começa a se formar a expectativa de que seja necessária uma terceira rodada de expansão monetária, o que levará o dólar a se enfraquecer mais ainda. Os Estados Unidos e Europa estão se tornando Japão, ou seja, podem passar um longo período com baixo crescimento.

Para o Brasil, uma "japanização" do mundo desenvolvido poderia levar à concentração de exportação de commodities mais intensamente ainda para a Ásia e um potencial de crescimento menor.

Crise além da periferia

As últimas medidas acordadas entre os líderes da zona do euro (resgate da Grécia para salvar a moeda) não tiveram o efeito desejado nos mercados e a crise da dívida já não se limita aos países da periferia do euro. A afirmação foi feita pelo presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, segundo agências internacionais de notícias.

Nos últimos dias, os juros cobrados dos títulos de Espanha e Itália, economias com maior peso na Europa, têm aumentado muito, o que demonstra a desconfiança dos investidores. Essas taxas, que indicam quanto os governos precisam pagar aos bancos para rolar seus papéis, chegaram a ultrapassar 6% - bem acima dos juros cobrados dos títulos alemães, que servem de referência.

Os desenvolvimentos nos mercados de bônus soberanos de Itália, Espanha e outros países da zona do euro são causa de profunda preocupação - disse Barroso, em carta dirigida aos líderes da região.

Segundo as agências, Barroso quer que se busquem fórmulas para aumentar a capacidade do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira para fazer frente ao atual contágio: ele disse ainda que os mercados não estão convencidos de que "estamos dando os passos corretos para resolver a crise".

FMI elogia o Brasil com recomendações

Uma vez por ano, o FMI divulga relatório após analisar a economia dos países. O relatório do FMI sobre o Brasil, divulgado ontem, é altamente positivo. Começa dizendo que o país fez avanços notáveis na última década, graças a uma estrutura de política econômica sólida, compromisso com o controle da inflação e redução da dívida pública. Informa ainda que a economia ficou mais forte para enfrentar choques externos.

O relatório alerta também para alguns pontos: o país estimulou muito a economia, na época da crise, com subsídios, o que produziu um crescimento forte. De 2004 a 2010, o crédito saiu de 20% para 46% do PIB. Esse percentual é menor do que o de outros países, mas o crescimento foi muito rápido. Em abril de 2011, a taxa de expansão foi de 20% em relação ao período anterior, ou seja, o crédito continua crescendo.

O FMI elogia a retirada dos subsídios concedidos durante a crise de 2008, mas o governo está reintroduzindo recentemente alguns deles, como a redução do IPI. Faz algumas recomendações que se conhece bem: reforma tributária, em vez de pequenos ajustes aqui e ali. Uma mudança na estrutura dos impostos no Brasil aumentaria a taxa de investimento.

No geral, o relatório do Fundo é muito favorável à economia brasileira. Alerta também para o país não crescer além da medida, produzindo inflação que, segundo o Fundo, está alta, mas até o fim do ano deverá ficar abaixo do teto da meta no acumulado de 12 meses.